



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA INFÂNCIA E  
JUVENTUDE DA COMARCA DE UNAÍ/MG

Autos n. 0704.16.012126-2

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS,  
por seu Promotor de Justiça de defesa da Infância e Juventude e o MUNICÍPIO DE  
UNAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de Unai, na  
Praça JK, s/n, Centro, cujo representante legal é o Exmo. Sr. Prefeito Municipal José  
Gomes Branquinho e o Procurador-Geral do Município, vêm, respeitosamente à  
presença de Vossa Excelência, juntamente com os procuradores que este subscrevem,  
nos autos da **ação civil pública** em epígrafe, em trâmite por esta Vara, expor e requerer  
o que segue:

Considerando que o Município de Unai, em edital de errata de  
PREGÃO PRESENCIAL 048/2017, relativo ao PROCESSO LICITATÓRIO  
107/2017, publicado em 23 de junho de 2017, passou incorporar as determinações  
contidas na decisão de ff. 656 e estabeleceu cronograma para a redução paulatina da  
vida útil dos veículos que realizam o transporte escolar;



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Considerando** que os prazos de redução estabelecidos pelo Município no aludido documento são razoáveis e atendem ao interesse público dos usuários desses veículos, sem, no entanto, inviabilizar a prestação de serviço pelos atuais contratados, os quais tiveram e ainda terão prazo para a devida adequação progressiva de seus veículos.

**Considerando** que o prazo de redução da vida útil do veículos é um dos objetos principais da presente ação civil pública, com o que será possível o oferecimento pelo Município de um serviço mais seguro e de maior qualidade;

**Considerando** que a presente ação civil pública necessita de desfecho ágil, para que centenas de crianças e adolescentes deste Município, usuários do transporte escolar, tenham resguardados seu direito à vida e à integridade física, assim como seu direito a um serviço seguro e adequado;

Resolvem as partes acima qualificadas celebrar o presente termo de **ACORDO**, conforme cláusulas a seguir:

### 1 - O MUNICÍPIO DE UNAÍ obriga-se a:

a) realizar o monitoramento de todos os veículos do transporte escolar por meio de Sistema de Rastreamento e Monitoramento Veicular através de equipamento GPS (Sistema de Posicionamento Global) ou outro mecanismo similar;

b) implantar em todos os veículos do transporte escolar o sistema de rastreamento/monitoramento a que se refere o item "a";

c) prever, em todos os seus editais de licitação para a contratação de serviços de transporte escolar, vigentes e futuros, a realização do monitoramento referido no item "a", a implantação do sistema de rastreamento/monitoramento a que se refere o item "b" e a obrigatoriedade de os contratados submeterem seus veículos, como condição para assinatura do contrato/aditivo, à implantação do sistema de rastreamento/monitoramento pelo Município;



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

d) exigir dos contratados, como condição para assinatura do contrato/aditivo e a cada seis meses, Laudo de Vistoria do veículo emitido pelo INMETRO;

e) exigir dos contratados, como condição para a assinatura do contrato/aditivo, a comprovação de que seus veículos atendem aos requisitos de segurança previstos no art. 136 do Código de Transito Brasileiro, Resolução CONTRAN n. 504/2014 e Portaria INMETRO n. 201/2014.

f) prever, em todos os seus editais de licitação para a contratação de serviços de transporte escolar, vigentes e futuros, as exigências a que se referem os itens "d" e "e";

g) exigir, por meio de cláusula nos editais de licitação para a contratação de serviços de transporte escolar, vigentes e futuros, que os ônibus e micro-ônibus contratados tenham, no máximo:

22 (vinte e dois) anos de uso a partir do início do exercício de 2018;

20 (vinte) anos de uso a partir do início do exercício de 2019;

18 (dezoito) anos de uso a partir do início do exercício de 2020;

15 (quinze) anos de uso a partir do início do exercício de 2021.

h) exigir, por meio de cláusula nos editais de licitação para a contratação de serviços de transporte escolar, vigentes e futuros, que as vans ou similares tenham, no máximo, ano de fabricação 2000 até o final do exercício de 2020; a partir do início do exercício de 2021, exigir, por meio de cláusula no edital de licitação, que os veículos tenham no máximo 15 anos de uso.

**2 - O MUNICÍPIO DE UNAÍ** obriga-se a realizar, no mínimo, duas fiscalizações anuais dos veículos contratados para verificação do cumprimento das obrigações previstas acima e nos editais de licitação.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**3 - O MUNICÍPIO DE UNAÍ** obriga-se a comprovar, nos presentes autos, o cumprimento das obrigações acima nos seguintes prazos:

a) Até dia 15 de fevereiro de 2018, deverá o Município apresentar prova de instalação dos aparelhos de GPS ou similares nos veículos, bem como os relatórios de monitoramento;

b) Até dia 15 de fevereiro de 2018, deverá o Município apresentar os laudos de vistoria do INMETRO dos veículos contratados, bem como a comprovação de que os veículos contratados atendem aos requisitos de segurança previstos no art. 136 do Código de Transito Brasileiro, Resolução CONTRAN n. 504/2014 e Portaria Inmetro n. 201/2014.

c) até o dia 15 de julho de 2018, deverá o Município comprovar a realização da primeira fiscalização anual e até 15 de dezembro de 2018 a realização a segunda fiscalização anual, mediante a juntada dos relatórios emitidos no ato fiscalizatório;

d) até o dia 15 de fevereiro de cada ano, até 2021, deverá o Município comprovar a observância dos critérios estabelecidos nos itens "g" e "h" da cláusula 1.

**4 - O não cumprimento das obrigações assumidas no presente acordo, nos prazos fixados, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas, implicará a imposição de multa, por item descumprido, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e a imediata execução judicial, sendo que as multas fixadas deverão ser revertidas ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Município de Unai;**

**5 - Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de outros órgãos, nem impede o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Diante do exposto, pugnam as partes pela **HOMOLOGAÇÃO** do presente acordo, para que surta seus regulares efeitos jurídicos, extinguindo-se o feito, com fundamento no artigo 487, III, "b", do Código de Processo Civil.

Pedem deferimento.

Unai, 21 de novembro de 2007

**ANDRÉ LUIZ NOLLI MERRIGHI**

**PROMOTOR DE JUSTIÇA**

**JOSÉ GOMES BRANQUINHO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**ANTÔNIO LUCAS DA SILVA**

**PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**

**GERALDO MAGELA DA CRUZ**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**